

PEPI

PLANOS DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

PROJETO DE OPORTUNIDADE DE EMPREGO PARA JOVENS – POEJ P512332

Fevereiro, 2026

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. OBJETIVO DO PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS (PEPI)6	
3. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTE a ES INTERESSADAS	6
3.1. Metodologia	6
3.2. Partes afetadas e outras Partes Interessadas	7
3.3 Indivíduos ou grupos desfavorecidos/vulneráveis	11
4. PROGRAMA DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS	11
4.1. Resumo do Envolvimento das Partes Interessadas durante a preparação do projeto	11
4.2 Resumo das necessidades das partes interessadas no projeto, métodos, ferramentas e técnicas para o envolvimento das partes interessada.....	14
4.3. Plano de Engajamento das Partes Interessadas	18
4.4. Estratégia proposta para incorporar os pontos de vista dos grupos vulneráveis	22
4.5. Feedback às Partes Interessadas	24
5. RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA IMPLEMENTAR O ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS	24
5.1. Recursos.....	24
5.2. Funções e responsabilidades de gestão	25
6. MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES	26
6.1. Descrição do Mecanismo de Resolução de Reclamações.....	26
7. MONITORIA E RELATÓRIOS.....	30
7.1. Resumo de como a implementação do PEPI será monitorado e relatado	30
7.2. Reportando-se as Partes Afetadas e Interessadas.....	32
ANEXO I: Resumo das questões, dúvidas e contribuições das Consultas Públicas	33
ANEXO II: FORMULÁRIO DE REGISTO DE RECLAMAÇÕES FORMULÁRIO DE REGISTO DE RECLAMAÇÃO	40
ANEXO III: CANAIS DE MRR DISPONÍVEIS	41

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Componentes do projeto	5
Tabela 2: Partes s afetadas e interessadas	9
Tabela 3: Indivíduos ou grupos desfavorecidos/vulneráveis	11
Tabela 4: Descrição das atividades para o envolvimento das partes interessadas os feedbacks recebidos durante as sessões de consultas.....	12
Tabela 6: Possíveis meios de comunicação com as partes afetadas e mensagens chaves.....	17
Tabela 7: Estratégia para consulta das Partes Interessadas	19
Tabela 8: Cronograma das consultas públicas	22
Tabela 9: Possíveis estratégias de comunicação com os Grupos vulneráveis	23
Tabela 10: Quadro orçamental para implementação do PEPI	24
Tabela 11: Síntese dos procedimentos para o funcionamento do MRR	28
Tabela 12: Indicadores de monitorização das atividades	31

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AFAP	Agência Fiduciária de Apoio ao Projeto
AS	Assédio Sexual
BM	Banco Mundial
CNJ	Conselho Nacional de Juventude
CATAP	Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agro- Pecuário
CFP-STP	Centro de Formação Profissional de São Tomé e Príncipe
DTEFP	Direção de Trabalho, Emprego e Formação Profissional
DE	Direção do Empreendedorismo
EAS	Exploração e Abuso Sexual
FUAPEE	Federação das Uniões de Associações de Pais e Encarregados de Educação de São Tomé e Príncipe
FCT-USTP	Faculdade de Ciência e Tecnologia de São Tomé e Príncipe
GoSTP	Governo de São Tomé e Príncipe
INSS	Instituto Nacional de Segurança Social
INPJ	Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género
MECCES	Ministério da Educação, Cultura, Ciências e Ensino Superior
MIRN	Ministério das Infraestruturas e Recursos Naturais
MTSSS	Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social
MAJTS	Ministério do Ambiente, Juventude e Turismo Sustentável
MRR	Mecanismo de Resolução de Reclamações
MOVE	ONG que promove o empreendedorismo
NAS	Normas Ambientais e Sociais
PEPI	Plano de Envolvimento de Partes Interessadas
PIAs	Partes Interessadas e Afetadas
PPSRR	Projeto Proteção Social Resposta e Recuperação Da Covid 19
QAS	Quadro Ambiental e Social
RAP	Região Autónoma do Príncipe
REINA	Rede Nacional de Incubadora e Aceleradora de Negócios
STP	São Tomé e Príncipe
VBG	Violência Baseada no Género
UCP	Unidade de Coordenação do Projeto
ONTSTP	Organização Nacional dos Trabalhadores

1. INTRODUÇÃO

São Tomé e Príncipe (STP) é um pequeno estado insular de rendimento médio-baixo com uma área total de 1.001 km², localizado na costa oeste da África Central, é o segundo menor e menos populoso país do continente africano com uma população estimada em cerca de 230.000 habitantes. A sua condição de insularidade, impõe limitações significativas ao acesso aos mercados internacionais, o que, por sua vez, condiciona o desenvolvimento industrial e a diversificação da economia. A economia nacional é predominantemente caracterizada por atividades informais e de baixa produtividade, e o setor de serviços, incluindo o turismo, contribui com 79% do PIB.¹ O crescimento económico lento registado das últimas duas décadas tem limitado a criação de empregos, dificultado os progressos na redução da pobreza e restringido os investimentos em capital humano.

Não obstante esses desafios estruturais, ao capitalizar as vantagens competitivas em setores-chave e promover a mobilidade laboral, STP apresenta potencial para impulsionar o crescimento económico, gerar mais e melhores empregos e estabelecer as bases para um modelo de desenvolvimento mais resiliente e sustentável.

Com vista a enfrentar esses constrangimentos e dinamizar a economia através de uma abordagem coordenada e intersectorial, o Governo solicitou o apoio do Banco Mundial para conceção de um projeto sob a alçada do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Previdência Social (MTSSS). O Objetivo de Desenvolvimento do Projeto centra-se na promoção e na criação de mais e melhores empregos em cadeias de valor prioritárias para jovens-alvos. O projeto visa igualmente o fortalecimento do capital humano, através da melhoria do acesso à educação e formação de qualidade, com atenção particular às necessidades dos jovens, mulheres e populações vulneráveis.

É neste contexto que surge o Projeto de Oportunidade de Emprego para Jovens (POEJ) (P512332), a ser implementado ao longo de um período de 5 anos, adotando uma abordagem integrada a nível nacional.

Por fim, o projeto tem como finalidade apoiar os jovens no acesso a oportunidades de emprego mais inclusivas e de melhor qualidade, ao mesmo tempo em que contribui para o fortalecimento dos sistemas institucionais e de mercado necessários para assegurar a sustentabilidade dos resultados alcançados ao longo prazo.

O projeto terá uma cobertura geográfica que abrange todo o país, ou seja, os seis distritos da Ilha de São Tomé, nomeadamente, Água Grande, Cantagalo, Caué, Lembá, Lobata e Mé-Zóchi) e a Região Autónoma do Príncipe (RAP).

¹ Banco Mundial | BM. (A ser publicado). São Tomé e Príncipe: Memorando Económico do País.

Relativamente a sua composição, o POEJ é composto por quatro (4) componentes, conforme a tabela abaixo indica.

Tabela 1: Componentes do projeto

Componente	Descrição e Objetivo
Componente 1 - Instituições e Sistemas para mais e melhores Empregos	
<p><u>Subcomponente 1.1</u></p> <p>Modernização das instituições de formação técnica e profissional;</p>	<p>Nesta componente pretende-se modernizar Centro Formação Profissional de Budo-Budo, Centro Formação Politécnico entre STP-Brasil, a CATAP, a Escola Hotelaria & Turismo e USTP - Faculdade Ciências e Tecnologia através Equipamentos, Renovações, Reabilitações, contratação de Formadores e reformulação dos currículos e construção de Centro de formação profissional na RAP.</p>
<p><u>Subcomponente 1.2</u></p> <p>Reforço dos sistemas e capacidades para programas de emprego.</p>	<p>Alavancar as micro e pequenas empresas existentes lideradas por jovens com potencial de crescimento para melhorar a produtividade, expandir operações e gerar empregos adicionais.</p>
<p><u>Componente 2 – Programa de <i>Empregos</i></u></p> <p>Dotar os jovens de competências técnicas e de apoio necessário para facilitar o acesso a empregos dignos e de qualidade em setores com procura comprovada no mercado de trabalho ou com elevado potencial de crescimento económico.</p>	
<p><u>Componente 3 - <i>Gestão do Projeto e Aprendizagem</i></u></p> <p>A componente financiará apoio direcionado para o MTSSS, incluindo equipamentos de escritório, reformas limitadas e ferramentas digitais necessárias para fornecer serviços de emprego e gerenciar as atividades do projeto através do comité de coordenação entre o PPSRR e o POEJ para criação de uma única UGP em estreita articulação com a área de Gestão Financeira, Gestão dos Riscos Ambientais e Sociais e de Aquisições da AFAP.</p>	
<p><u>Componente 4 - <i>Resposta Contingente de Emergência</i></u></p> <p>O projeto incluirá uma Componente de Resposta Contingente de Emergência (CERC) que permitirá a rápida realocação de recursos não comprometidos no caso de uma crise ou emergência elegível, tais como desastres naturais, emergências públicas ou outras crises declaradas pelo Governo que possam afetar população.</p>	

O Projeto Oportunidade de Emprego para Jovens está sendo preparado no âmbito do Quadro Social e Ambiental (QAS) do Banco Mundial. De acordo com a Norma Ambiental e Social (NAS) 10 sobre Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação

de Informações, as agências implementadoras devem fornecer às partes interessadas informações oportunas, relevantes, compreensíveis e acessíveis, consultá-las de maneira culturalmente apropriada, livre de manipulação, interferência, coerção, discriminação ou intimidação.

2. OBJETIVO DO PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS (PEPI)

O objetivo geral deste Plano de Envolvimento das Partes Interessadas - PEPI é estabelecer um programa estruturado para o envolvimento contínuo das Partes Interessadas (PI), promovendo a inclusão, a transparência, a divulgação adequada das informações, bem como, para operacionalizar as consultas públicas ao longo de todo o ciclo do projeto. Significa que o PEPI deverá ser atualizado e adaptado sempre que a equipa técnica entender necessário e esteja em causa a eficácia das ações.

O presente PEPI descreve as estratégias, os métodos e os canais de comunicação que serão adotados pela equipa do projeto para interagir de forma eficaz com as partes interessadas, assegurando a informação relevante de forma clara, atempada e compreensível.

Concomitantemente, o plano integra um mecanismo formal de participação e de resposta, através do qual todas as partes (pessoas e entidades) interessadas podem apresentar reclamações, manifestar preocupações, fornecer feedback relacionadas com as atividades do projeto, garantindo o seu adequado registo, análise e resposta.

3. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS

3.1. Metodologia

Com vista a assegurar a adoção das melhores práticas, o projeto aplicará os seguintes procedimentos para a identificação e o envolvimento sistemático das partes interessadas:

- i. **Apresentação do ciclo de vida e as abordagens do Projeto:** serão realizadas apresentações das componentes, do Mecanismo para Resolução das Reclamações, a descrição dos riscos ambientais e sociais, campanha de sensibilização dedicada aos riscos de Exploração e Abuso Sexual e Assédio Sexual (EAS/AS) ao nível distrital consultas públicas durante todo o ciclo de vida do projeto.
As consultas e as campanhas de informação e sensibilização devem ser realizadas de forma aberta, sem interferência, coerção ou intimidação,

onde todos os participantes têm acesso à palavra sem qualquer tipo de discriminação.

- ii. **Envolvimento participativo por partes dos diferentes stakeholders e feedback:** as informações serão fornecidas e amplamente distribuídas entre todas as partes interessadas em um formato apropriado; oportunidades serão fornecidas para comunicar o feedback das partes interessadas e para analisar e abordar seus comentários, dúvidas e as suas preocupações.
- iii. **Inclusão e sensibilidade:** a identificação das partes interessadas é efetuada para apoiar uma melhor comunicação e estabelecer relações eficazes. O processo de participação nos Projetos é inclusivo. Todas as partes interessadas são sempre incentivadas a participar no processo de consultas e têm igual acesso à informação. A sensibilidade às necessidades das partes interessadas é o princípio fundamental subjacente à seleção dos métodos de participação. É dada especial atenção aos grupos vulneráveis que podem correr o risco de não beneficiar do Projeto, nomeadamente, as mulheres, os jovens de 16 a 35 anos desempregados, inativos ou envolvidos em atividade de baixa produtividade ou aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social e às mudanças climáticas.
- iv. **Formas de melhor atingir os diferentes grupos:** a metodologia deve adaptar-se a diferentes formas de participação e de comunicação para os diferentes grupos como para os jovens através das redes sociais, por meio de debates, campanhas de sensibilização, workshops, envolvimento das associações comunitárias, as câmaras distritais, priorizando a língua local, intérpretes de linguagem gestual se necessário, etc.

3.2. Partes afetadas e outras Partes Interessadas

Nos termos da NA10 do Quadro Ambiental e Social (QAS), o termo “**partes interessadas**” refere-se aos indivíduos ou grupos que: a) são afetados ou suscetíveis de vir a ser afetados pelo projeto (“partes afetadas pelo projeto”); e b) embora não sendo afetados podem ter um interesse no projeto (“outras partes interessadas”).

As “**partes afetadas pelo projeto**” são as partes interessadas que são suscetíveis de ser afetadas pelo projeto devido aos potenciais impactos e riscos para o seu ambiente físico, saúde, segurança, práticas culturais, práticas profissionais, organizações, bem-estar ou meios de vida. Podem abranger indivíduos ou grupos, incluindo comunidades locais. Embora o termo ‘afetar’ seja mais utilizado para alterações ou mudanças negativas, nesta definição é entendido, tal como acontece com o termo ‘impacto’, como mudanças ou alterações, das quais podem resultar efeitos negativos, mas também podem resultar efeitos positivos ou benefícios.

As “**outras partes interessadas**” incluem os indivíduos, grupos ou organizações que, não sendo diretamente afetados, têm interesse no projeto, seja pela sua localização, características e impactos, seja por aspetos relacionados com responsabilidade social e/ou com o interesse público. Podem, por exemplo, incluir instituições e funcionários governamentais, entidades reguladoras, sector privado, comunidade científica, académicos, associações profissionais, organizações de mulheres e outras organizações da sociedade civil e grupos culturais.

Em ambos os casos, é necessário dar atenção particular às necessidades específicas dos indivíduos e **grupos mais desfavorecidos e vulneráveis**, de modo a assegurar a sua inclusão, acesso e condições de participação.

Assim, sendo, constituem as partes afetadas e interessadas do POEJ, o Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social, a Direção de Trabalho, Emprego e Formação Profissional (DTEFP), a Direção de Proteção Social, Solidariedade e Família (DPSSF), os jovens com idade compreendida entre os 16 e 35 anos; desempregados ou sub empregados; jovens em situação de vulnerabilidade social; jovens empreendedores e trabalhadores por conta própria. De forma específica as partes afetadas e interessadas do POEJ encontram-se identificadas na Tabela 2:

Tabela 2: Partes s afetadas e interessadas

Partes Interessadas que podem ser afetadas direta ou indiretamente pelos resultados da Implementação do Projeto	Partes Interessadas que participam da implementação do Projeto	Partes Interessadas com influência na implementação do Projeto
<ul style="list-style-type: none"> ○ Ministério da Economia e Finanças; ○ Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Socia (MTSSS); ○ Ministério da Educação, Cultura, Ciências e Ensino Superior (MECCES); ○ Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural (MAPDR); ○ Ministério do Ambiente, Juventude e Turismo Sustentável (MAJTS); ○ Secretaria da Economia; Cultura e Turismo Sustentável ○ Secretaria dos Assuntos Sociais e Capital Humano; ○ Direção de Trabalho, Emprego e Formação Profissional (DTEFP); ○ Direção de Proteção Social Solidariedade e Família (DPSSF); ○ Direção de Tesouro; ○ Direção do Empreendedorismo; ○ Gabinete de Estudo – MTSSS; 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Inspeção Geral do Trabalho; ○ Direção do Trabalho, Emprego e Formação; ○ Gabinete do Ministro – MTSSS; ○ Centro de Formação Budo-Budo; ○ Centro de Formação STP-Brasil; ○ Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agropecuária (CATAP); ○ Escola de Hotelaria e Turismo; ○ Centro Politécnico; ○ Universidade de São Tomé e Príncipe (STP); ○ Federação das Organizações Não Governamentais de São Tomé e Príncipe ○ Direção de Descentralização; ○ Direção da Proteção Social Solidariedade e Família (DPSSF); ○ Câmara de Comércio; ○ Associação de Jovens Iniciativa Empresarial ○ Associação de Mulheres Empresarias de STP; ○ Agência Fiduciária de Administração de Projetos (AFAP); ○ Governo Regional. 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Associação de pais e encarregados de educação e sindicatos; ○ Organizações Não-Governamentais; ○ Organizações da Sociedade Civil e Entidades Religiosas; ○ Banco Mundial; ○ Órgãos de Comunicação Social; ○ Câmaras Distritais; ○ AFAP

<ul style="list-style-type: none"> ○ Direção Regional da Educação; ○ Direção Regional do Empreendedorismo; ○ Direção Regional de Trabalho; ○ Grupos vulneráveis (raparigas, rapazes e adolescentes com deficiência); ○ Grupos de Jovens em situação de vulnerabilidade; ○ (FONG-STP); ○ Associação de Jovens Iniciativa Empresarial; ○ Associação dos Pais ○ Sindicato dos Professores; 		
--	--	--

3.3 Indivíduos ou grupos desfavorecidos/vulneráveis

No decorrer da implementação do projeto serão identificados e categorizados os grupos vulneráveis afetados para que as suas limitações sejam mapeadas e sejam adaptadas medidas adequadas para garantir que tenham as mesmas oportunidades, para que possam expor as suas preocupações e opiniões relativamente às atividades do projeto. Nesta fase inicial, estão identificadas de modo abrangente, grupos vulneráveis que possivelmente poderão ser afetados pelas ações do projeto, em especial, as previstas, nas Componentes 1 e 2.

Tabela 3: Indivíduos ou grupos desfavorecidos/vulneráveis

Grupos Vulneráveis	Possíveis dificuldades de acesso às informações ou outro benefício do projeto
1. Jovens e mulheres residentes nas zonas/comunidades e nos distritos mais distantes	✓ Acesso desigual as informações do projeto; ✓ Fraca capacidade de comunicação; ✓ Dificuldades no acesso ao transporte para frequentar as formações; ✓ Discriminação pela condição física / Barreiras na locomoção etc.
2. Jovens portadores de necessidades especiais	✓ Discriminação pela orientação sexual, ✓ Discriminação pelo género; ✓ Tratamento injusto durante estágios ou programas de aprendizagem; ✓ Assédio moral ou assédio sexual;
3. Mães e Chefes de Família	✓ Falta de informações relacionadas aos riscos de EAS e AS; ✓ Inacessibilidade as informações por não estarem adaptadas e inclusivas (exemplo, linguagem gestual e local).

4. PROGRAMA DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

4.1. Resumo do Envolvimento das Partes Interessadas durante a preparação do projeto

Nesta fase de concepção do POEJ, foram realizadas três (3) sessões de Consulta Pública, sendo duas em São Tomé que contou com a participação de 43 participantes e uma na RAP com um total de 38 pessoas representantes das partes afetadas e interessadas. Ao nível de género, estas sessões foram satisfatoriamente inclusivas, de acordo com a tabela a seguir

Tabela 4: Descrição das atividades para o envolvimento das partes interessadas os feedbacks recebidos durante as sessões de consultas

Data	Local	Número de Participantes				Principais preocupações/contribuições
		M	F	Total	Instituições	
21/ 01/ /26	Centro de Formação Profissional de Budo-Budo	11	12	23	Direção do Empreendedorismo; Direção da Descentralização; Câmara Distrital de Mé- zochi; Câmara Distrital Água Grande; MTSSS; Direção de Ensino Secundário Técnico Profissional; Instituto Nacional de Proteção Social; Centro de Formação Profissional de Budo-Budo.	- Foi apresentada preocupações de em que medida o POEJ pode impactar ambientalmente. -Questionou-se sobre como o projeto vai promover o autoemprego e empreendedorismo. -Exemplificaram, de acordo com experiências passadas, que é uma prática viável disponibilizar valor monetário. -Perguntaram se o fundo para implementação do projeto é donativo ou empréstimo. - Procuraram entender como o POEJ vai apoiar os jovens que já tem formação e de igual modo, atingir os jovens que têm potencial, mas não têm habilitação. -Questionaram que a faixa etária do estipulada vai restringir as participações de muitos empreendedores, por isso, recomendaram alargar a faixa etária para até 40 anos. -Houve indagação de como incluir os jovens portadores de deficiência. - Apontaram a necessidade de criar uma estrutura institucional para Reconhecimento, Validação e Certificação de Competência

22/ 01/ /26	Centro de Formação Profissional de Budo-Budo	09	14	23	ONTSTP, INSS, MOVE, REINA, CNJ, CATAP, FUAPEE, FCT-USTP, Gabinete jurídico da Direção do Trabalho, INPJ, CFP-STP	<p>- Os presentes apontaram a necessidade de pensar em escola de formação voltado para arte.</p> <p>- Houve muita preocupação em entender a estratégia a ser adotada para não deixar os jovens das localidades mais distantes do país de fora.</p> <p>- Procuraram entender em que mediada os jovens já foram ouvidos para que as suas contribuições sejam contempladas.</p> <p>- Questionaram sobre como será a seleção do beneficiário e a gestão dos fundos.</p> <p>- Argumentaram que as incubadoras devem estar envolvidas e o valor não pode ser entregue diretamente aos beneficiários.</p> <p>- Procuram saber como as ações a serem implementadas no POEJ pode aproveitar a estrutura existente no CATAP para fortalecer formações na agricultura e pesca.</p>
Consulta na Região Autónoma do Príncipe (RAP)						
20/01/ /26	Centro Cultural	21	17	38	Secretário Regional da Economia, Cultura e Turismo Sustentável; Secretaria dos Assuntos Sociais e Capital Humano; Direção Regional do Emprego; Direção Regional de Ensino; Direção Regional de Turismo; Direção Geral da Cultura;	<p>- Identificação das necessidades dos jovens que concluíram o ensino secundário e que necessitam de apoio para dar continuidade à sua formação;</p> <p>- Realização de discussões preliminares sobre a identificação de um potencial local para a construção de uma escola técnica e profissional;</p> <p>- Identificação de erros e limitações observados em iniciativas anteriores, com vista a evitar a sua repetição em futuras intervenções</p> <p>- Recomenda-se dar alguma atenção especial aos beneficiários da RAP na atribuição das bolsas e estágios remunerados;</p>

				Direção Regional do Empreendedorismo; Direção Regional da Juventude; Inspeção Regional de Trabalho; Coordenadora de Proteção Social; Jornalistas; Empreendedores; Técnicos Sociais; Estudantes; Domésticas; Prestadores de Serviço; Professores Pais e Encarregados de Educação.	-Adequar os cursos ou as áreas de formação de acordo com a realidade e as necessidades da região
--	--	--	--	---	--

Os instrumentos ambientais e sociais serão divulgados no site <https://afap.st/>

4.2 Resumo das necessidades das partes interessadas no projeto, métodos, ferramentas e técnicas para o envolvimento das partes interessada

Método de envolvimento	Descrição e objetivo	Grupo de stakeholders
Agenda de Trabalho	Esta agenda é preparada com base na componente do projeto sob consulta e no status de sua implementação. O uso de uma agenda focada e estruturada irá garantir que os principais pontos estratégicos e de risco, possam ser discutidos com os decisores e influenciadores, num esforço para mitigar os riscos de forma proativa.	Ministérios envolvidos na preparação e Implementação do projeto.
Reuniões	Estas reuniões pretendem procurar os pontos de vista e opiniões das partes interessadas sujeitas a este método. Assim, é possível que as partes interessadas falem livremente sobre as questões mais sensíveis, possível estabelecer ligações com os intervenientes. Mulheres e jovens em situação de vulnerabilidade serão envolvidas separadamente com facilitadoras para garantir que as suas vozes sejam ouvidas.	Ministérios envolvidos na implementação do projeto; As instituições de formação; As associações juvenis; ONGs, associações dos pais, Organizações da Sociedade Civil, influenciadores nas redes sociais; Grupos sociais mais vulneráveis.

<p>Grupos Focais</p>	<p>O objetivo de um grupo focal é reunir as partes interessadas com os mesmos interesses ou características comuns numa reunião, para discutir tópicos específicos. Por exemplo, este método pode ser usado para explorar questões que são relevantes para grupos ou subgrupos específicos de uma comunidade. Pretende-se apresentar informações do projeto a um grupo de partes interessadas, permitir que estas forneçam as suas opiniões e permitir que pequenos grupos de pessoas (mulheres jovens, jovens mães, pessoas com deficiência, e outras pessoas vulneráveis), forneçam seus pontos de vista e opiniões. Para grupos de mulheres e meninas, será garantido que esses grupos sejam facilitados por mulheres, a fim de proporcionar um ambiente seguro para um envolvimento significativo. Este tipo de reuniões, envolve grupos cuja dimensão pode variar entre 6 a 12 de pessoas. Este método permite ao facilitador investigar problemas emergentes do grupo-alvo.</p>	<p>Grupos vulneráveis nomeadamente, mães domésticas com iniciativa empreendedora, jovens empreendedores e com baixa habilitação com acesso limitado as informações, jovens com necessidades especiais, Mulheres na localidade mais distante da capital Pais e encarregados de educação, Entidades religiosas</p>
<p>Reuniões públicas localizadas</p>	<p>Estas reuniões permitem apresentar informações do projeto a um grande grupo de partes interessadas e permitem que o grupo forneça os seus pontos de vista e opiniões. Assim, é possível construir um relacionamento com as comunidades, especialmente aquelas afetadas e distribuir informações não técnicas. Essas reuniões também devem abranger informações relevantes sobre os Códigos de Conduta e o MRR, para que o público e a comunidade estejam cientes de comportamentos inaceitáveis e como relatá-los. Mensagens relacionadas aos tópicos acima não devem ser comunicadas até que os códigos de conduta sejam lançados e assinados, que o MRR esteja em vigor e que haja um sistema de referência para serviços sobre VBG.</p>	<p>Alunos nos centros de formações, nos liceus e nas universidades, ONGs, Organizações da Sociedade Civil.</p>
<p>Consultas com as comunidades</p>	<p>Essas consultas são focadas para identificar e discutir as preocupações das partes interessadas e divulgar as informações do projeto. Tais consultas devem, sempre que possível, fazer uso de intérpretes e tradução para os idiomas locais, a fim de alcançar uma ampla gama</p>	<p>Comunidades, beneficiários diretos</p>

	de grupos e indivíduos dentro das comunidades. A participação de homens e mulheres deve ser incentivada. Para grupos de mulheres e meninas, será garantido que esses grupos sejam facilitados por mulheres, a fim de proporcionar um ambiente seguro para um envolvimento significativo.	
Workshops	Discussões em grupo, estruturadas e organizadas para resolver problemas e identificar caminhos a seguir. Este método é útil, na medida em que pretende reunir diferentes grupos de stakeholders, requer facilitadores experientes e explicações cuidadosas para os participantes.	Governo central, Governo Regional e Poder Local ONGs e Organizações da Sociedade Civil, Comunidade Educativa

Tabela 5: Possíveis meios de comunicação com as partes afetadas e mensagens chaves

Partes Interessadas	Necessidades específicas (de outras línguas)	Os meios de comunicação preferidos	Mensagens chave
Grupos de Jovens em situação de vulnerabilidade.	Língua local	Pontos focais do projeto, deslocações à terreno; através da rádio; Comunicação telefónica através do consultor socioambiental a contratar e envio de nota endereçadas às instituições.	Destacar quem serão os beneficiários, quais os critérios de seleção; Procurar envolver as Partes Afetadas demonstrando a importância do Projeto; Explicar a relevância de cada componente; Auscultação de propostas concretas de melhoria para o desempenho das atividades do projeto. Esclarecimento de dúvidas e o reforço da comunicação entre a UIP e as Partes afetadas e interessadas.
Associação de Jovens com Iniciativa Empresarial.			
Associação de Mulheres Empresarias de STP			
Associação dos Pais			
Sindicato dos Professores			
Governo Regional			
Escola de Hotelaria e Turismo			
Centro de Formação Budo-Budo			
Direção da Proteção Social Solidariedade e Família (DPSSF)			
Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agropecuária (CATAP)			
Direção de Descentralização			
Centro Politécnico Universidade de São Tomé e Príncipe (STP).			

4.3. Plano de Engajamento das Partes Interessadas

O quadro abaixo descreve os procedimentos/métodos, as fases adotadas, as questões norteadoras e as entidades responsáveis pelo envolvimento das Partes Afetadas e Interessadas na fase de concepção do projeto e de implementação.

Tabela 6: Estratégia para consulta das Partes Interessadas

Fase	Questões norteadoras	Método Usado	Local e Data	Partes Afetadas	Entidade Responsável
Preparação do Projeto	Consulta Pública em São Tomé Enquadramento sobre o Quadro Ambiental e Social (QAS) e As Dez NAS do Banco Mundial, apresentou-se os objetivos e os beneficiários do projeto, descreveu-se as componentes do Projeto, os arranjos institucionais preliminares, os potenciais riscos ambientais, sociais e de VBG/EAS/AS, os instrumentos ambientais e sociais do projeto, apresentação do mecanismo de resoluções de reclamações.	Workshop para envolvimento das Partes Afetadas e Interessadas Envio de convite para estarem presente através do Diretor de Gabinete do MTSSS	Centro de Formação Profissional de Budo-Budo 21/01/2026	Direção do Empreendedorismo; Direção da Descentralização; Câmara Distrital de Mé-Zóchi; Câmara Distrital Água Grande; MTSSS; Direção de Ensino Secundário Técnico Profissional; Instituto Nacional de Proteção Social; Centro de Formação Profissional de Budo-Budo.	Coordenação ASA/AFAP, Diretor de Gabinete do MTSSS
	Consulta Pública em São Tomé Enquadramento sobre o Quadro Ambiental e Social (QAS) e As Dez NAS do Banco Mundial, apresentou-se os objetivos e os beneficiários do projeto, descreveu-se as componentes do Projeto, os arranjos institucionais preliminares, os	Workshop para envolvimento das Partes Afetadas e Interessadas Envio de convite para estarem	Centro Formação Profissional de Budo-Budo 22/01/2026	ONTSTP, INSS, MOVE, REINA, CNJ, CATAP, FUAPEE, FCT-USTP, Gabinete jurídico da Direção do Trabalho, INPJ, CFP-STP	Coordenação ASA/AFAP, Diretor de Gabinete do MTSSS

	potenciais riscos ambientais, sociais e de VBG/EAS/AS, os instrumentos ambientais e sociais do projeto, apresentação do mecanismo de resoluções de reclamações.	presente através do Diretor de Gabinete do MTSSS			
	<p>Consulta Pública na RAP</p> <p>Enquadramento sobre o Quadro Ambiental e Social (QAS) e As Dez NAS do Banco Mundial, apresentou-se os objetivos e os beneficiários do projeto, descreveu-se as componentes do Projeto, os arranjos institucionais preliminares, os potenciais riscos ambientais, sociais e de VBG/EAS/AS, os instrumentos ambientais e sociais do projeto, apresentação do mecanismo de resoluções de reclamações.</p>	Workshop para envolvimento das Partes Afetadas e Interessadas Envio de convite para estarem presente através do Diretor de Gabinete do MTSSS.	Centro Cultural 20/01/2026	Secretário Regional da Economia, Cultura e Turismo Sustentável; Secretaria dos Assuntos Sociais e Capital Humano; Direção Regional do Emprego; Direção Regional de Ensino; Direção Regional de Turismo; Direção Geral da Cultura; Direção Regional do Empreendedorismo; Direção Regional da Juventude; Inspeção Regional de Trabalho; Coordenadora de Proteção Social; Jornalistas; Empreendedores; Técnicos Sociais; Estudantes; Domésticas; Prestadores de Serviço; Professores	Coordenação ASA/AFAP, Diretor de Gabinete do MTSSS

				Pais e Encarregados de Educação	
Implementação do projeto	Divulgação dos Instrumentos Ambientais e Sociais do Projeto	Website da AFAF	Previsão para o início da Fase de Implementação	As partes afetadas e interessadas identificadas,	Consultor Social a contratar ou reafectado para o projeto.
	Apresentação do projeto e receber feedback sobre as atividades do projeto, potenciais riscos ambientais e sociais e sobre o MRR	Periodicamente através de Reuniões virtuais e presenciais, correspondência por telefone, correio eletrónico, discussões em mesas redondas.	Setembro de 2026 a agosto de 2031	As partes afetadas e interessadas identificadas e outras que serão identificadas ao longo da vigência do projeto.	Consultor Social a contratar ou reafectado para o projeto.

Apresentamos na tabela nº8 abaixo, o cronograma das consultas públicas à serem desencadeadas com as partes afetadas após a aprovação do projeto.

Tabela 7: Cronograma das consultas públicas

As informações serão divulgadas da seguinte forma: o PEPI e outros documentos ambientais e sociais relevantes do projeto, como o Plano de Compromisso Ambiental e Social - PCAS, serão publicados no site da AFAP (<https://afap.website>), assim como os documentos relevantes do projeto, dentre os quais, o Mecanismo de Resolução de Reclamações. Pretende-se, ainda, elaborar brochuras em português e passar os anúncios nas rádios e outros meios de comunicação social, incluindo línguas locais.

4.4. Estratégia proposta para incorporar os pontos de vista dos grupos vulneráveis

O projeto procurará obter os pontos de vista dos Grupos vulneráveis identificados acima e implementará os métodos ou estratégias adaptadas para uma plena inclusão.

Partes Interessadas que participam da implementação do Projeto	Cronograma de consultas após a aprovação do projeto - 2026												
	Setembro			outubro			novembro			dezembro			
Grupos de Jovens em situação de vulnerabilidade	█												
Associação de Jovens Iniciativa Empresarial	█												
Associação de Mulheres Empresarias de STP		█											
Associação dos Pais		█											
Sindicato dos Professores				█									
Governo Regional					█								
Escola de Hotelaria e Turismo						█							
Centro de Formação Budo-Budo							█						
Direção da Proteção Social Solidariedade e Família (DPSSF)								█					
Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agropecuária (CATAP)											█		
Direção de Descentralização												█	
Centro Politécnico													█
Universidade de São Tomé e Príncipe (STP)													█

Tabela 8: Possíveis estratégias de comunicação com os Grupos vulneráveis

GRUPOS VULNERÁVEIS	BARREIRAS	ESTRATÉGIAS
<p>Jovens e mulheres residentes nas zonas/comunidades e nos distritos mais distantes;</p> <p>Jovens portadores de necessidades especiais;</p> <p>Mães e Chefes de Família.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Acesso desigual as informações do projeto; ✓ Fraca capacidade de comunicação; ✓ Dificuldades no aceso ao transporte para frequentar as formações; ✓ Discriminação pela condição física / Barreiras na locomoção etc; ✓ Discriminação pela orientação sexual; ✓ Discriminação pelo género; ✓ Tratamento injusto durante estágios ou programas de aprendizagem; ✓ Assédio moral ou assédio sexual; ✓ Falta de informações relacionadas aos riscos de EAS e AS; ✓ Inacessibilidade as informações por não estarem adaptadas e inclusivas (exemplo, linguagem gestual e local). 	<p>Sinalizar o grupo nos conjuntos das atividades a serem desencadeadas ao longo da vigência do projeto;</p> <p>Trabalhar com os líderes comunitários e o poder local (camaras distritais) e associações locais;</p> <p>Usar a metodologia de grupos focais no processo de auscultação do grupo;</p> <p>Estreitar o canal de comunicação com as rádios comunitárias;</p> <p>Identificar um dos elementos dos grupos como ponto focal.</p>

4.5. Feedback às Partes Interessadas

A AFAP, através do consultor social e dos canais de comunicação existentes (<https://afap.website>), irá informar as PIAs, mostrando como as suas contribuições e preocupações foram abordadas, bem como explicarão as razões da não inclusão. As PIAs devem estar informadas de que, em caso de insatisfação, podem usar o Mecanismo de Resolução de Reclamações do Projeto (para apresentar queixas relacionadas aos impactos ou, em relação ao processo de consulta e envolvimento implementado pelo Projeto).

Serão elaborados relatórios de gestão ambiental e social do projeto em que constará a evolução da implementação do plano de envolvimento das Partes Interessadas.

5. RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA IMPLEMENTAR O ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

5.1. Recursos

O orçamento para a operacionalização do PEPI está estimado em 46.900,00 USD constituindo parte integrante das atividades das componentes do Projeto.

Tabela 9: Quadro orçamental para implementação do PEPI

Rúbricas	Quantidade	Custos Unitários USD	Vezes	Custos Totais USD
1. Consultas/ Planeamento participativo, reuniões de tomada de decisões				
1a. Lançamento Oficial do Projeto	1	1000	1	1000
1b. Organização de Workshops e grupos de discussões.	5	500	5	2.500
2. Campanhas de comunicação				
2a. Cartazes, folhetos	1000	2,50	5	2.500

2b. Campanhas nas redes sociais e TVS e Radio	1	250	5	1.250
3. Deslocações à RAP				
3ª. Passagem	15	305	15	2.750
3b. Per deem	15	120	15	7.200
4. Mecanismo de Resolução de Reclamações e campanhas sobre VBG/EAS/AS				
4a. Identificação e Formação dos Pontos Focais e informação e sensibilização sobre VBG/EAS/AS	12	600	12	7.200
Técnicos de Suporte e ou Pontos Focais	1	350/mês	5 anos	22.500
Total				46,900

5.2. Funções e responsabilidades de gestão

A implementação do PEPI requer a nomeação de pessoal que assumirá responsabilidades de implementação e gestão. A Unidade de Coordenação de Projeto - UCP será considerada responsável pela implementação do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas para o Projeto.

Na equipa da UCP, o Consultor para a Área de Gestão do Risco Social a ser contratado ou reafectado para o projeto será responsável pelas atividades para o envolvimento das partes interessadas e afetadas com a supervisão do coordenador do projeto em articulação com a Coordenação da Área Social e Ambiental (ASA) da AFAP. Todas as atividades serão documentadas através de atas de reuniões, fotografias e listas de presença, mas que nunca serão divulgadas, e serão custeadas no âmbito da componente 3 do projeto. Serão elaborados relatórios trimestrais de acompanhamento das atividades de gestão de risco ambiental e social do projeto.

6. MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES

O Mecanismo de Resolução de Reclamações (MRR) faz parte dos instrumentos sugeridos no Quadro Ambiental e Social (QAS) do Banco Mundial para prevenir e mitigar os riscos ambientais e sociais. O objetivo do MRR é oferecer um canal de comunicação acessível entre a execução do projeto e as partes interessadas – tanto os beneficiários diretos do projeto como os que não são – para apresentar eventuais reclamações relacionadas com as atividades do projeto e também sugestões e pedido de informações. O mecanismo deve ser transparente, fiável, confidencial, acessível, sério e responsável para que as partes interessadas (PI) possam encontrar soluções mais apropriadas relacionadas com as suas reclamações de forma segura, rápida e eficiente.

6.1. Descrição do Mecanismo de Resolução de Reclamações

No âmbito do POEJ, o MRR será implementado e gerido pela UCP, sobretudo, através do Consultor para gestão do risco social, com o apoio dos pontos focais a serem identificados e capacitados nas instituições abrangidas pelo projeto. Estes intervenientes atuarão em estreita articulação com os Especialistas Sociais do Banco Mundial, o Coordenador do Projeto e a Coordenação da Área Social e Ambiental da AFAP. O MRR adotado terá como referência o Mecanismo de Resolução de Reclamações da AFAP, previamente aprovado pelo Banco Mundial.

O MRR deverá prestar atenção específica as reclamações relacionadas com Violência Baseada no Género/Exploração e Abuso Sexual/Assédio Sexual (VBG/EAS/AS), assegurando que essas reclamações sejam tratadas com prioridade, sensibilidade e confidencialidade.

Com o objetivo de prevenir o surgimento e/ou intensificação de possíveis situações de conflitos, desentendimentos, durante a implementação das atividades do projeto, o MRR permitirá que as pessoas sejam ouvidas e que as suas reclamações recebidas sejam analisadas e tratada de forma adequada, transparente e célere.

O Mecanismo incluirá protocolos específicos para a gestão de casos de VBG/EAS/AS concebidos de modo a garantir um sistema acessível, seguro e centrado nas vítimas. Estes protocolos assegurarão a confidencialidade dos relatos, a proteção das vítimas e uma resposta ética e apropriada aos

casos reportados. As comunidades abrangidas pelo projeto serão devidamente informadas sobre os procedimentos e canais disponíveis para a apresentação de reclamações relacionadas com VBG/EAS/AS através do MRR.

De acordo com o mapeamento dos serviços VBG/EAS/AS disponíveis, nomeadamente, parceiros locais, fontes de suporte e caminhos de referência, este, deve localizar e fornecer informações sobre os recursos comunitários disponíveis, como organizações ou líderes comunitários ou locais, incluindo grupos que defendem os direitos da criança, grupos de mulheres, organizações lideradas por crianças e jovens, principais influenciadores e líderes aceites, confiáveis e conhecidos pela comunidade. Tais organizações e indivíduos podem ser identificados em vários níveis (i) formal, por exemplo, ONGS, professores, profissionais de saúde, polícia; (ii) semiformal, grupos comunitários locais, líderes comunitários ou (iii) informal, através dos idosos e/ou outros influenciadores. Cada um poderá servir como fonte de informação ou como centro de divulgação de informações, bem como fonte de apoio para fornecer serviços oportunos às vítimas. Os resultados do mapeamento moldarão o protocolo de resposta VBG/EAS/AS focado na vítima, incluindo informações sobre referências aos serviços existentes.

1) Quem pode apresentar uma reclamação?

Qualquer pessoa ou grupo de pessoas que tenha(m) alguma relação com o projeto ou se veja afetada pelas atividades do projeto e que por meio desta, poderá apresentar uma questão, sugestão, queixa ou reclamação.

2) Como apresentar uma reclamação?

As reclamações podem ser apresentadas de forma verbal, através da linha verde da AFAP, escrita, tanto por formulário específico ou não, colocadas dentro da caixa de reclamação da AFAP, disponível nas instituições e locais a identificar, de forma verbal ou escrita aos membros dos comités de gestão de reclamação que poderá ser criada. Outros canais ou portas de entrada para as reclamações podem ser:

- Encontros e reuniões nas instituições;
- Presencialmente – os pontos focais (PFs);
- Verbal através de terceiros;

- Via telefónica, linha verde e móvel
- E-mail

O Consultor Social comunicará diretamente com o Reclamante, conforme necessário e apropriado e manterá informado sobre a situação da reclamação.

Tabela 10: Síntese dos procedimentos para o funcionamento do MRR

PASSOS	PROCEDIMENTO	DESCRIÇÃO
1º Passo	Receção e recolha das reclamações	Consiste na coleta dos dados disponíveis nos canais de comunicação (caixas de reclamação, e-mail, linha verde, encontros comunitários e presencialmente).
2º Passo	Entrega à Coordenação	A Coordenação da Área Social e Ambiental (ASA) deve agrupar todas as reclamações recebidas e remeter a equipa de gestão ambiental e social do(s) respetivo(s) projeto(s) ou ao Gabinete de Auditoria Interna e <i>Compliance</i> (GAIC).
3º Passo	Categorização da reclamação	Os Técnicos de Gestão Ambiental e Social (TGAS) do projeto, devem proceder a categorização da reclamação como sendo válidas ou não válidas. Todas as reclamações válidas devem ser classificadas em Ambiental, Social, VBG/EAS/AS, Desempenho do Projeto e Serviços da AFAP.
4º Passo	Notificação ao reclamante	Os TGAS ou GAIC devem informar o reclamante sobre a receção da reclamação no prazo de 5 a 10 dias úteis . Tratando-se de uma reclamação não válida , é encaminhada à Instituição competente e o reclamante deve ser informado.
5º Passo	Registo da reclamação	Após a verificação da validação a reclamação é registada na base de dados*.

6º Passo	Encaminhamento para os Pontos Focais das Instituições Beneficiárias (PFIB)	Para as reclamações relacionadas com o projeto, o TGAS deve encaminhar a reclamação aos Pontos Focais da Instituições beneficiárias (PFIB) para análise e tratamento. As reclamações relacionadas com os Serviços da AFAP estão isentas desta etapa.
7º Passo	Análise das reclamações	Todas as reclamações recebidas devem ser analisadas e apuradas de acordo com as suas especificidades, no prazo de 5 a 10 dias úteis, exceto para os casos de VBG/EAS/AS, que são de 5 a 15 dias úteis. Para os casos de VBG/EAS/AS, os prazos poderão ser prorrogados, sempre que necessário, uma vez que são processos especiais e a recolha de informações podem ultrapassar o prazo estipulado.
8º Passo	Tratamento da reclamação	Identificar as causas da reclamação e propor/definir ações corretivas e/ou preventivas, no prazo de 5 a 10 dias úteis, exceto para os casos de VBG/EAS/AS que são de 5 a 15 dias úteis. Para os casos de VBG/EAS/AS, os prazos poderão ser prorrogados, sempre que necessário.
9º Passo	Ação de conciliação	Dependendo da especificidade do caso, do projeto ou do serviço prestado, as partes envolvidas são chamadas para uma sessão de conciliação
10º Passo	Notificação do reclamante da resposta final	O reclamante deve ser informado por meio de carta, e-mail ou reunião, sobre a decisão final, no prazo máximo de trinta (30) dias.
11º Passo	Implementação das ações corretivas	Após o Relatório final as ações acordadas deverão ser implementadas dentro de quinze (15) dias úteis no mínimo e no máximo de trinta dias (30).
12º Passo	Encerramento da reclamação	Findo o processo das reclamações relacionadas com o projeto, o relatório final deverá ser assinado pelas partes envolvidas e remetido uma cópia ao TGAS do projeto. Para as reclamações relacionadas com os Serviços da AFAP, o relatório final é remetido à Direção Geral com cópia para a Coordenação da ASA.

Se tivermos perante uma reclamação em que não foi possível resolver através dos níveis internos passaremos a optar pelos níveis externos (sistema judicial e GRS do Banco Mundial).

As comunidades e os indivíduos que se considerem negativamente afetados por um projeto apoiado pelo Banco Mundial recorrer aos mecanismos de reclamação existentes a nível do projeto ou ao Serviço de Reparação de Reclamações (GRS, *sigla em inglês*) do Banco. O GRS assegura que as reclamações recebidas são prontamente analisadas, com o objetivo de resolver as reclamações relacionadas com o projeto. As comunidades e indivíduos afetados pelo projeto podem também apresentar as suas reclamações ao Mecanismo de Responsabilização (*AM sigla em inglês*) independente do Banco. O AM alberga o Painel de Inspeção, que determina se ocorreram, ou poderão ocorrer, danos em resultado do não cumprimento pelo Banco das suas políticas e procedimentos, e o Serviço de Resolução de Litígios, que dá às comunidades e aos mutuários a oportunidade de tratar das reclamações através da resolução de litígios. As reclamações podem ser apresentadas ao AM em qualquer altura depois de as preocupações terem sido levadas diretamente ao conhecimento da Administração do Banco e depois de a Administração ter tido a oportunidade de responder.

Para obter informações sobre como apresentar queixas ao Serviço de Resolução de Reclamações do Banco (GRS), visite <http://www.worldbank.org/GRS>.

Para informações sobre como apresentar reclamações ao Mecanismo de Responsabilização do Banco, visite <https://accountability.worldbank.org>

7. MONITORIA E RELATÓRIOS

7.1. Resumo de como a implementação do PEPI será monitorado e relatado

A implementação do PEPI será monitorada a partir de relatórios trimestrais, elaborados pelo Consultor Social do projeto, que reportam o nível de cumprimento das Normas Ambientais e Sociais e os respetivos instrumentos, com um enfoque particular no PEPI.

Tabela 11: Indicadores de monitorização das atividades

Atividades PEPI	Indicadores de monitorização
Divulgação de informação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Tempo despendido (em dias) pela equipa para divulgação de informação; ✓ Orçamento despendido em atividades de divulgação de informação; ✓ N° de utentes que aderiram ao site da AFAP; ✓ N° e/ou percentagem de acesso por tipologia de documentos disponíveis para consulta.
Realização de consultas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Tempo despendido (em dias) pela equipa para consultas; ✓ Orçamento despendido em atividades de consulta; ✓ N° de consultas realizadas; ✓ N° e percentagem de consultas realizadas por método (reuniões presenciais, reuniões virtuais, grupos focais, entrevistas, workshops, audiências públicas, outros, conforme aplicável); ✓ Níveis de participação nos eventos de consulta realizados (n° total, desagregado por género e grupos vulneráveis).
Reporte às PIAs sobre as atividades de envolvimento	<ul style="list-style-type: none"> ✓ N° de eventos que pressupõem a participação das PI.
MRR	<ul style="list-style-type: none"> ✓ N° total de reclamações recebidas; ✓ N° e percentagem de reclamações elegíveis e não elegíveis; ✓ N° e percentagem de reclamações por categoria ✓ N° e reclamações por estado de atendimento (por exemplo, reconhecimento pendente, sob investigação, encerrada, em curso); ✓ N° de reclamações resolvidas e encerradas dentro do prazo previsto; ✓ Tempo médio (em dias) de resolução/encerramento das reclamações e queixas; ✓ Grau de satisfação (%) dos utentes que registaram reclamações e queixas.

7.2. Reportando-se as Partes Afetadas e Interessadas

O PEPI será objeto de revisões e atualizações periódicas, conforme necessário, ao longo da implementação do projeto, de modo a assegurar a sua adequação às dinâmicas e necessidades emergentes. Relatórios trimestrais bem como relatórios internos sobre as reclamações, consultas realizadas e incidentes relacionados, incluindo o estado de implementação das ações corretivas e preventivas, serão preparados pela equipe responsável e encaminhados à Coordenação do Projeto.

Os relatórios trimestrais constituirão um instrumento fundamental de monitorização, permitindo avaliar o número, a tipologia e a natureza das reclamações e pedidos de informações recebidas, assim como a capacidade do projeto de responder de forma atempada, eficaz e adequada às questões apresentadas.

As informações sobre as atividades desenvolvidas pelo Projeto ao longo do ano poderão ser divulgadas às partes interessadas através dos diversos canais de comunicação, incluindo sessões de divulgação pública, site institucional da AFAP, comunicação por correio eletrónico (e-mail), redes sociais e outros meios apropriados, assegurando a transparência e o acesso à informação.

Periodicamente deverão ser apresentadas às partes interessadas e afetadas os resultados do MRR e as evidências que demonstrem que as preocupações e contributos foram devidamente consideradas pelo Projeto. Deverá, de igual modo, assegurada a ampla divulgação de informação referente às oportunidades de benefício, critérios de elegibilidade, procedimentos de seleção e de supervisão da seleção, incluindo os grupos vulneráveis. Neste caso, é relevante que a divulgação ocorra antes do início da identificação de indivíduos/famílias candidatos/ beneficiário.

ANEXO I: Resumo das questões, dúvidas e contribuições das Consultas Públicas

Parte interessada (grupo ou indivíduo)	Data da Consulta e total de participantes			Resumo das contribuições/questões	Resposta da Equipe de Implementação do Projeto	Próximas Etapas
Em São Tomé - Centro de Formação Profissional de Budo-Budo 1. Direção do Empreendedorismo; 2. Direção da Descentralização; 3. Câmara Distrital de Mézochi; 4. Câmara Distrital Água Grande;	21/01/2026			1. - Foi apresentada preocupações de em que medida o POEJ pode impactar ambientalmente. 2. -Questionou-se sobre como o projeto vai promover o autoemprego e empreendedorismo. 3. -Exemplificaram, de acordo com experiências passadas, que é uma prática viável disponibilizar valor monetário.	1-O Nível do risco ambiental do projeto é moderado devido a produção dos resíduos eletrónico e de obras de reabilitação e de construção a serem realizadas no âmbito do projeto. 2-O projeto promoverá o autoemprego a partir das subcomponentes 2.1 e 2.2 1 que terão atividades específicas para atingir esse objetivo. 3-Vamos estudar a melhor modalidade para que não repetimos os mesmos erros.	<ul style="list-style-type: none"> • Operacionalização do cronograma das consultas, sobretudo, com os grupos vulneráveis • Realizar campanhas de informação e Sensibilização com a partes afetadas e
	M	F	T			
	11	12	23			

<p>5. MTSSS; 6. Direção de Ensino Secundário Técnico Profissional; 7. Instituto Nacional de Proteção Social; 8. Centro de Formação Profissional de Budo-Budo.</p>		<p>4. -Perguntaram se o fundo para implementação do projeto é donativo ou empréstimo. 5. - Procuraram entender como o POEJ vai apoiar os jovens que já tem formação e de igual modo, atingir os jovens que têm potencial, mas não têm habilitação. 6. -Questionaram que a faixa etária do estipulada poderá restringir as participações de muitos empreendedores, por isso, recomendaram alargar a faixa etária para até 40 anos. 7. -Houve indagação de como incluir os jovens portadores de deficiência. 8. - Apontaram a necessidade de criar uma estrutura institucional para Reconhecimento, Validação e Certificação de Competência</p>	<p>4-O Valor é donativo sim. 5-Os jovens podem ser formados e os que não têm habilitação mínima exigida, podem estar em atividade que não exigem habilitação. 6-Vamos levar essa recomendação de restrição de idade para o Banco avaliar a possibilidade de estender. 7-A associação do Cegos e 8-Ambliopes estão na lista das partes afetados e juntos vamos encontrar estratégias sustentáveis para esse grupo. 9-Registamos essa ideia para ser avaliada se ao longo da implementação do projeto essa estrutura pode ser criada.</p>	<p>interessadas sobre as atividades em curso, sobretudo aquelas que vão de encontro com as suas preocupações.</p>
<p>1. ONTSTP, 2. INSS, 3. MOVE,</p>	<p>22/01/2026</p>	<p>1. - Os presentes apontaram a necessidade de pensar em escola de formação voltado para arte.</p>	<p>1. Formações viradas para artes é relevante, até porque pode</p>	

4. REINA, 5. CNJ, 6. CATAP 7. , FUAPEE, 8. FCT-USTP, 9. Gabinete jurídico da Direção do Trabalho, 10. INPJ,	M	F	T	2. -Houve muita preocupação em entender a estratégia a ser adotada para não deixar os jovens das localidades mais distantes do país de fora. 3. -Procuraram entender em que medida os jovens já foram ouvidos para que as suas	acolher os jovens que têm baixa habilitação. 2. É através de campanhas de sensibilização, parcerias com as camaras distritais, atribuição de subsídio de deslocação, bolsas internas para participar nas formações, através de	
	9	14	23			

11. CFP-STP		<p>contribuições sejam contempladas.</p> <p>4. -Questionaram sobre como será a seleção do beneficiário e a gestão dos fundos.</p> <p>5. -Argumentaram que as incubadoras devem estar envolvidas e o valor não pode ser entregue diretamente aos beneficiários.</p> <p>6. -Procuram saber como as ações a serem implementadas no POEJ pode aproveitar a estrutura existente no CATAP para fortalecer formações na agricultura e pesca.</p>	<p>alojamento temporários na CATAP por exemplo.</p> <p>3. O Ministério da Juventude e o conselho nacional de juventude são partes afetadas para trazer as demandas dos jovens nesta fase de preparação do projeto.</p> <p>4. A seleção dos participantes obedecerá critérios que serão elaborados pela coordenação do projeto e gestão dos fundos fica na responsabilidade da AFAP a partir de autorização de despesas devidamente comprovadas.</p> <p>5. Envolvimento da incubadora pode ser uma proposta a ser analisada ao longo da vigência do projeto.</p> <p>6. Sim, a estrutura do CATAP pode ser reabilitada para formações nas áreas de agricultura e pesca.</p>	

Na Região Autónoma do Príncipe – Centro Cultural	20/01/2026			<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificação das necessidades dos jovens que concluíram o ensino secundário e que necessitam de apoio para dar continuidade à sua formação; 2. Realização de discussões preliminares sobre a identificação de um potencial local para a construção de uma escola técnica e profissional; 3. Identificação de erros e limitações observados em iniciativas anteriores, com vista a evitar a sua repetição em futuras intervenções; 4. Haver alguma atenção especial aos beneficiários da RAP na atribuição das bolsas e estágios remunerados; 5. Adequar os cursos ou as áreas de formação de acordo com a realidade e as necessidades da região. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tendo em conta a dupla insularidade, aquando da elaboração dos critérios de seleção para a atribuição de bolsas, estágios remunerados, para os jovens da RAP tal como os jovens dos distritos mais remotos os critérios de seleção deverão ser mais específicos, principalmente para os jovens dessas regiões que se encontram em situação de maior vulnerabilidade; O Governo Regional deverá trabalhar em articulação com o MTSSS 2. O Governo Regional já tem identificado os possíveis locais onde poderá ser construído Centro de Formação, inclusive a ideia é que seja fora da cidade, numa localidade onde a influência dos jovens é considerável; 3. Os participantes entendem que as implementações das
	M	F	T		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Secretaria da Economia, Cultura e Turismo Sustentável 2. Secretaria dos Assuntos Sociais e Capital Humano 3. Direção Regional de Emprego 4. Direção Regional da Educação 5. Direção Regional da Cultura 6. Direção Regional da Juventude 7. Direção Regional do Empreendedorismo 8. Direção Regional da Educação 	21	17	38		

<p>9. Coordenação Regional da Proteção Social</p> <p>10. Empreendedores</p> <p>11. Técnicos Sociais</p> <p>12. Prestadores de Serviço</p> <p>13. Professores</p> <p>14. Estudantes</p> <p>15. Jornalistas</p> <p>16. Encarregados de Educação</p> <p>17. Domésticas</p> <p>18. Coordenação Regional de Proteção Social</p>					<p>atividades de muitos projetos não têm impacto desejado na RAP, pelo que, a este projeto direcionado para a camada mais juvenil, a sua fiscalização deve ser mais cautelosa e contínua. As ações a serem desenvolvidas, desde fase da sua conceção deve contar com a participação de representantes da RAP, que conhecem melhor a realidade e devem ter uma palavra a dizer. Com a adoção desta metodologia a eficácia e satisfação gerado serão evidentes;</p> <p>4. Esta preocupação vem na esteira da primeira, uma vez que os critérios devem estabelecer algumas especificidades da região;</p> <p>5. A RAP para além do seu reconhecimento enquanto património da Biosfera, o turismo, a gestão de recursos e outras áreas afins, são identificadas como as</p>	
--	--	--	--	--	---	--

					<p>prioritárias, pelo que, os cursos deverão refletir aquilo que são as suas necessidades reais, nesse sentido o Ministério da Educação em articulação da Direção Regional de Educação devem elaborar um plano de formação que melhor se adequa.</p>	
--	--	--	--	--	--	--

- *Em conformidade com a política de proteção de dados pessoais, as fotografias e listas de presença estão arquivadas na AFAP, para eventual consulta (auditorias, entre outros) não sendo objeto de publicação.*

ANEXO II: FORMULÁRIO DE REGISTO DE RECLAMAÇÕES

FORMULÁRIO DE REGISTO DE RECLAMAÇÃO

RECLAMAÇÃO N.º. Ano: ____ / ____		
(A ser preenchido pela Coordenação da ASA)		
Nome (opcional):	<input type="checkbox"/> Anonimato	
Vulgo:	Género: <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F	
	Idade:	
Doc. Identificação (opcional):	Relacionada com: <input type="radio"/> Projeto <input type="radio"/> AFAP <input type="radio"/> Não Sei	Localidade: Distrito: Ponto de referência:
N.º da Caixa de Reclamação:	Nº de Telefone:	
	E-mail:	
Data da ocorrência: ____ / ____ / ____	Tipologia: <input type="radio"/> Reclamação <input type="radio"/> Elogio <input type="radio"/> Sugestão/Esclarecimento	
Breve descrição da situação: <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>		

*Para o seguimento da sua reclamação, contacte a linha telefónica: **800 10 20**

Data da receção do formulário (a ser preenchido pelo PF/Recetor): ____ / ____ / ____

Identificação do PF/Recetor: _____

ANEXO III: CANAIS DE MRR DISPONÍVEIS

Nº	Tipos de canais de comunicação	Situação atual do canal de comunicação
1º	Formulário impressos e digital para o(s) Projeto(s) e Serviços da AFAP	Anexo II - Disponível
2º	E-mail: mrr@afap.st	Disponível
3º	Linha Verde (rede fixa e movel): 800 10 20	Gratuita e Disponível 24h/dia
4º	Encontros comunitários, reuniões técnicas, reuniões de gestão	Disponível
5º	Presencial	Disponível